



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

- ANEXO III -

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 2016
Referências Temáticas e Bibliográficas

Instruções gerais: Em cada área de estudo, as referências temáticas correspondem a pontos numéricos, de 1 (um) a 10 (dez), a serem objeto de sorteio, em sessão pública, na fase da prova escrita do Processo Seletivo (item IV do Edital). As referências bibliográficas são apresentadas de modo meramente sugestivo, sem limitar ou vincular a preparação e estudos do candidato ou a avaliação a ser realizada pela Banca Examinadora.

LINHA DE PESQUISA 1

PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Área de Estudo: P-01 - Justiça Tributária e Segurança Jurídica

Referências temáticas

- 1) Os princípios ordenadores do Direito Tributário. Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no sistema tributário nacional. As imunidades como limitações constitucionais ao poder de tributar. Direitos e garantias constitucionais do contribuinte. Segurança e Igualdade. A capacidade econômica.
- 2) Metodologia do Direito Tributário. O modo de pensar por meio de conceitos. O modo de pensar por meio de tipos. A prevalência do modo de pensar por meio de conceitos e a prevalência dos princípios constitucionais no Direito Tributário. A estrutura lógica das normas jurídicas. A hipótese e a consequência das normas tributárias e seus aspectos ou critérios. Normas, regras e princípios. Ponderação de princípios no Direito Tributário. Interpretação, integração e aplicação da legislação tributária.
- 3) Competência tributária. Discriminação constitucional e modalidades. Conflitos de competência; soluções constitucionais; o papel das leis complementares e das resoluções do Senado Federal.

- 4) O conceito de tributo e as espécies tributárias. A teoria geral dos impostos, das taxas e das contribuições.
- 5) Receitas originárias. Preços Públicos. Participação de um ente estatal no produto de arrecadação de tributo de competência alheia.
- 6) A proteção da confiança e a irretroatividade do Direito Tributário, em relação aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A boa fé. Soluções consensuais no Direito Tributário. Transação administrativa e transação tributária. A democratização da Administração Tributária.
- 7) O Procedimento Administrativo e o devido processo legal. Poder de Polícia Fiscal: conceito, meios, atributos, características, formas de atuação, limites. Manifestações do poder de polícia fiscal. Administração Tributária: atribuições da fiscalização. Prerrogativas da autoridade administrativa. Dívida ativa de créditos tributários: procedimento, inscrição, execução. A Repressão ao ilícito tributário. Multas, penalidades pecuniárias e garantias do contribuinte.
- 8) As relações econômicas internacionais, sua regulação e os efeitos na seara tributária. Principais atores globais transnacionais em matéria de regulação econômica e tributária: forma de atuação. Iniciativas harmonizadoras da tributação no ambiente global. Processo de produção, negociação e interiorização das normas que regulam o sistema econômico e tributário internacional. Mecanismos de solução de controvérsias entre os países. Governança tributária global. Implicações das limitações gerais externas ao exercício da atividade legislativa dos Estados soberanos em matéria tributária. Pluritributação internacional. Tributação do comércio eletrônico. Propostas de taxação global e seus possíveis reflexos.
- 9) As estratégias de simplificação e praticidade. Presunções e ficções no Direito Tributário. A aplicação da lei “em massa” e suas consequências para a igualdade e equidade.
- 10) Tributos sobre o consumo. Não cumulatividade. Tributação sobre a herança e sobre a renda. Outros tributos e a ideia de Justiça tributária. Tributação e desigualdade social. A tributação e o combate à pobreza.

Referências Bibliográficas (preferência para edições mais recentes)

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *O outro leviatã e a corrida ao fundo do poço*. São Paulo: Almedina, 2015.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Poder de polícia fiscal*. Belo Horizonte: Mandamentos.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Por que a guerra fiscal? Os desafios do Estado na*

modernidade líquida. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. v.102, p. 305 - 341, 2011.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *Transações Administrativas*. São Paulo: *Quartier Latin*.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. *O outro Leviatã e a Corrida ao Fundo do Poço*. Coimbra: Almedina, 2015.

CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Guerra fiscal, Bolsa Família e Silêncio (Relações, efeitos e regressividade). In. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília: Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, v. 16, n. 108, Fev./ Mai. 2014, p. 39-64. Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-16-n-108-fev-maio-2014/menu-vertical/artigos/artigos.2014-05-28.1926333239>>.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito Tributário Brasileiro*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro, Rio de Janeiro, Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. Atualização da obra de Aliomar Baleeiro. Rio de Janeiro: Forense.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da jurisprudência no Direito Tributário: proteção da confiança, boa fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais no poder judicial de tributar*. São Paulo: Noeses.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. (Coord.) *Separação de poderes e efetividade do sistema tributário*. Belo Horizonte: Del Rey.

MOREIRA, André Mendes. *A Não-Cumulatividade dos Tributos*, 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2012.

MOREIRA, André Mendes e RIBEIRO, Jamir Calili. *Metodologia do Direito Tributário e o Modo de Raciocinar por Tipo e por Conceitos*. In: Sacha Calmon Navarro Coelho. (Org.). *Segurança Jurídica*. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2013, v. 1, p. 517-538.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *O mito da propriedade. Os impostos e a justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Área de Estudo: P-02 – Teoria Constitucional, Direitos Humanos e Instituições Democráticas.

Referências temáticas

- 1) As Teorias Interpretativas do direito e a legitimidade das decisões judiciais no constitucionalismo contemporâneo.
- 2) Direito e moralidade nas perspectivas positivistas e não-positivistas.

- 3) Os fundamentos político-filosóficos do constitucionalismo e a controvérsia sobre a legitimidade da jurisdição constitucional. O Debate entre o "constitucionalismo jurídico" e o "constitucionalismo político".
- 4) A dignidade da legislação e a (i)legitimidade da jurisdição constitucional nos sistemas jurídicos democráticos.
- 5) Transconstitucionalismo e as conversações constitucionais como pontes de transição.
- 6) Com e contra o empirismo judicial, o pragmatismo e o movimento anti-teórico no direito.
- 7) A teoria discursiva da democracia e da constituição e os fundamentos dos direitos fundamentais.
- 8) As teorias dos diálogos institucionais e as novas experiências de desenhos institucionais no Direito Comparado.
- 9) Ética, Direitos Humanos e Democracia.
- 10) Liberdade de expressão, discurso do ódio e o papel da religião na política.

Referências bibliográficas

BELLAMY, R (2007). *Political Constitutionalism: A Republican Defence of the Constitutionality of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

BROCHADO, M. "Ética e as relações entre estado, política e cidadania". *Cad. Esc. do Legislativo*, Belo Horizonte, vol 12, n 19, p 57-82, julho-dezembro 2010.

BUSTAMANTE, T. R. "On the Difficulty to Ground the Authority of Constitutional Courts: Can Strong Judicial Review be Morally Justified?". in Bustamante, Thomas e Fernandes, Bernardo (orgs.) *Democratizing Constitutional Law*. Heidelberg: Springer, 2016 (no prelo). Disponível para download em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2617111. .

DWORKIN, R (1986). *Law's Empire*. Cambridge, MA: Belknap.

DWORKIN, R (2006). *Justice in Robes*. Cambridge, MA: Belknap.

FERNANDES, B. G. A. "Os Passos da Hermenêutica: Da Hermenêutica à Hermenêutica Filosófica, da Hermenêutica Jurídica à Hermenêutica Constitucional e da Hermenêutica Constitucional à Hermenêutica Constitucionalmente adequada ao Estado Democrático de Direito". In: Bernardo Gonçalves Fernandes. (Org.). *Interpretação Constitucional: Reflexões sobre (a nova) Hermenêutica*. 01ed.Salvador: Jus Podivm, 2010, v. 01, p. 7-101.

GARDBAUM, S. (2013) *The New Commonwealth Model of Constitutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

HABERMAS, Jürgen, *Facticidad y Validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso*, Ed. Madrid: Trotta, 1998.

MENDES, Conrado Hubner. (2011). *Direito Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação*. São Paulo: Saraiva.

COLEMAN, J (2007). *The Practice of Principle: In Defence of a Pragmatist Approach to Legal Theory*. Oxford: OUP, capítulos 8 e 9.

NEVES, M (2011). *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

POSNER, R (2002). *The Problematics of Moral and Legal Theory*: Cambridge, MA: Harvard University Press.

STAVROPOULOS, Nicos, "Legal Interpretivism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/law-interpretivist/>.

VERMEULE, A. (2006). *Judging under Uncertainty*. Cambridge, MA: Harvard.

WALDRON, J (1999). *Law and Disagreement*. Oxford: OUP

ZANITELLI, Leandro Martins (2015). "Equitativa suficiência de oportunidades". *Quaestio Iuris*, v. 8, p. 162-185, 2015.

Área de Estudo: P-03 - Direito Penal Contemporâneo

- 1) O modelo constitucionalmente orientado de direito penal: princípios constitucionais em matéria penal.
- 2) Relações do direito penal com outros ramos da ciência jurídica: Direito constitucional, administrativo, internacional, econômico, tributário. As ciências penais: filosofia do Direito penal, criminologia (antropologia criminal, sociologia criminal, psicologia criminal, etc), sociologia jurídico-penal, política criminal.
- 3) Teoria da norma penal.
- 4) Conceitos de crime. O conceito analítico do crime: evolução e variações.
- 5) Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais, finalista. Funcionalismo.
- 6) Tipicidade e causas de sua exclusão.
- 7) Bem jurídico e imputação objetiva.

- 8) Ilícitude penal e causas de sua exclusão.
- 9) Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- 10) Ilícito penal e ilícito administrativo. Direito penal e sanções penais. Sanção penal e sanção administrativa. Das medidas de segurança. Execução penal.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro, Revan, 2003, v.I.,2010, v.II, I.

BRODT, Luís Augusto Sanzo. *Da consciência da Ilícitude no Direito Penal Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

----- . *Do estrito Cumprimento de Dever Legal*. Porto Alegre: Sergio Fabris,

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal*; parte geral. São Paulo: Coimbra e Revista dos Tribunais, 2007.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*; teoria do garantismo penal. Trad. Ana Paula Zomer Sica. Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

RAMACCI, Fabrizio. *Corso di diritto penale*. 5ª. ed., Torino: Giappichelli, 2007

ROXIN, Claus. *Derecho Penal*; parte general.Fundamentos. La estructura de la teoria del delito. Trad y notas.Diego-Manuel Luzón Penã, Miguel Diaz y Garcia Conlledo e Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 2000, Tomo I, p.203.

SALES, Sheila Jorge Selim de e PIRES, Ariosvaldo de Campos. Alguns movimentos político-criminais da atualidade. In: *Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, 2003, v. 42, p. 295-306.

SALES, Sheila Jorge Selim de. *Escritos de direito penal*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

----- . *Dos tipos plurissubjetivos*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

----- . *Do sujeito ativo*; na parte especial do código penal. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

----- O direito penal nas “Cartas Persas” e no “Espírito das leis”: Montesquieu humanista. In: *Revista Brasileira de ciências criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 110, set.-out./2014, p. 401-436.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A moderna teoria do fato punível*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

----- . *Teoria da pena*; fundamentos políticos e aplicação judicial. Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. *A expansão do direito penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TAVARES, Juarez. *Teoria do injusto penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

----- . *Teorias do delito*: variações e tendências. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

Área de Estudo: P-04 - Direito e Desenvolvimento Econômico

Referências temáticas

- 1) Constituição Econômica de 1988. Antecedentes históricos. Disciplina jurídica da economia de mercado na atualidade: o papel do Estado e da empresa. A interação entre as políticas econômicas contemporâneas: concorrência, consumidor, propriedade intelectual, regulação, defesa comercial.
- 2) Direito da concorrência brasileiro. Influências, história, sistema administrativo. Remédios antitruste e sua inserção no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. O novo sistema brasileiro de defesa da concorrência.
- 3) Direito da concorrência e atos de concentração. Atos de concentração: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. Requisitos, pressupostos e critérios de aprovação pelo CADE. A jurisprudência do CADE em atos de concentração.
- 4) Direito da concorrência e condutas anticompetitivas. Condutas anticompetitivas: Conceitos fundamentais e perspectivas históricas norte-americanas, europeias e brasileiras. A jurisprudência do CADE em controle de condutas anticompetitivas.
- 5) Regulação econômica sob o enfoque do Direito Econômico. Regulação setorial. Regulação de preço, qualidade, segurança e entrada. Variável econômica agregada.
- 6) O Poder Judiciário e o Direito Econômico. Limites e fundamento do controle judicial de políticas econômicas públicas.
- 7) Análise Econômica do Direito como método. História e evolução. Contribuições da *Law and Economics* para o estudo do direito da concorrência brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.

- 8) Surgimento e consolidação da Economia Comportamental aplicada ao Direito. Contribuições da Behavioral Law and Economics para o estudo do direito do consumidor brasileiro. Outras influências e contribuições possíveis.
- 9) Desenvolvimento Econômico: conceitos e evolução. Direito do Desenvolvimento e Direito ao Desenvolvimento. Políticas econômicas de desenvolvimento. Propriedade Intelectual e suas interfaces com as políticas econômicas de desenvolvimento.
- 10) O Direito do Consumidor sob o enfoque do Direito Econômico. Perspectiva constitucional. Direito do consumidor e desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. A Análise Econômica do Direito como método e disciplina. *Revista da Associação Mineira de Direito e Economia*, v. 1, p. 004, 2009.

LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. *Propriedade intelectual: uma abordagem pela análise econômica do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

OLIVEIRA, Amanda F. de, CASTRO, Bruno Braz de. *Proteção do consumidor de crédito: uma abordagem a partir da economia comportamental*. Revista de Direito do Consumidor, vol. 93, maio-junho 2014, p. 231-249.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de, FERREIRA, Felipe. *Análise econômica do Direito do Consumidor em períodos de recessão. Uma abordagem a partir da Economia Comportamental*. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. vol. 81, p. 13-38.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. (Org). *Direito Econômico: evolução e institutos. Obra em homenagem ao Professor João Bosco Leopoldino da Fonseca*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *O direito da concorrência e o Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. *Os desafios do direito do consumidor contemporâneo*. Revista Forense, Rio de Janeiro: Editora Forense, v. 402, março-abril 2009, p. 587-595.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – Histórico. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 44, out-dez 2002, p. 97-105.

OLIVEIRA, Amanda Flávio de e RUIZ, Ricardo Machado (coord.). *Remédios antitruste*. São Paulo: Singular, 2011.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *Preço Abusivo, eficácia jurídica e análise econômica: afinal, onde está a cabeça de bacalhau?*. Revista do IBRAC, v. 19, p. 21-43, 2011.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *Notas Introdutórias sobre o Princípio da Livre Concorrência*. Revista de Direito da Concorrência, v. 6, p. 13-26, 2005.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *Regulação Jurídica, Racionalidade Econômica e Saneamento Básico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

RUIZ, RICARDO Machado. *Preços Abusivos na Política Antitruste: uma peça com três atores*. In: Jefferson Carús Guedes; Juliana Sahione Myrink Neiva (org.). *Debates em Direito da Concorrência - Série Publicações da Escola da AGU*. Brasília: Advocacia Geral da União, 2011.

Área de Estudo: P-05 - Empresa no Mercado

Referências temáticas

- 1) Surgimento e evolução do direito comercial: do *ius mercatorum* à harmonização e uniformização internacional do direito empresarial.
- 2) Compreensão da atividade empresarial no Estado Democrático de Direito.
- 3) Pessoa jurídica e a atividade empresarial.
- 4) Responsabilidade civil e atividade empresarial.
- 5) Disciplina jurídica do mercado de capitais brasileiro.
- 6) Reorganização societária: transformação, fusão, cisão e incorporação.
- 7) Empresa familiar: constatações e desafios no cenário jurídico.
- 8) Empresa em crise econômico-financeira: falência, recuperação judicial e extrajudicial de empresas.
- 9) Negociação de bens e direitos patrimoniais: as regras do direito comum e sua adaptação pelo Direito Empresarial.
- 10) Dimensão jurídica da inovação e novas tecnologias no Direito Empresarial.

Referências bibliográficas

ASCARELLI, Tullio. *Panorama do direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1947.

CASTRO, Moema Augusta Soares de et CARVALHO, William Eustáquio de (Coord.). *Direito falimentar contemporâneo*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2008.

CASTRO, Moema Augusta Soares de, GONÇALVES, Fernando et WALD, Arnaldo (Coord.). *Sociedades anônimas e mercado de capitais: homenagem ao Prof. Osmar Brina Corrêa-Lima*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa et FÉRES, Marcelo Andrade (Coord.). *Empresa familiar*. estudos Jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2014.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina et LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coord.). *Comentários à nova lei de falência e recuperação de empresas*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

EIZIRIK, Nelson et. al. *Mercado de capitais e regime jurídico*. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: RENOVAR, 2011.

FORGIONI, Paula Andrea. *A Evolução do direito comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. São Paulo: RT, 2009.

MARTINS, Fran. *Contratos e obrigações comerciais*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

MENEZES CORDEIRO, António. *Direito Europeu das Sociedades*. Coimbra: Almedina, 2005.

NEVES, Rubia Carneiro. *Cédula de crédito*. Doutrina e jurisprudência. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

NEVES, Rubia Carneiro. Limites da autonomia privada e a regulação. In: FIÚZA, César. NEVES, Rubia Carneiro. (Coords). *Iniciativa privada e negócios*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. p. 13-29.

PARENTONI, Leonardo Netto. *Documento Eletrônico: Aplicação e Interpretação pelo Poder Judiciário*. Curitiba: Juruá, 2007.

PETTER, Lafayette Josué. *Princípios constitucionais da ordem econômica*. O significado e o alcance do art.170 da Constituição Federal. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *O Novo Direito Societário*. São Paulo: Malheiros, 2002.

SALOMÃO NETO, Eduardo. *Direito bancário*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

Área de Estudo: P-06 – Direito Internacional Contemporâneo

Referências temáticas

- 1) Nova Ordem Internacional: aspectos políticos, econômicos e comerciais; governança global.
- 2) Tratados Internacionais: conceito; terminologia; condições de validade; classificação; fundamento; efeito; processo de conclusão; execução; garantias; cláusulas (nação mais desenvolvida, de salvaguarda, *si omnes*, escalonada, adesão, denúncia); extinção; e, apreciação no sistema brasileiro, extinção.
- 3) Pessoas Internacionais: Estado; organizações internacionais; pessoa humana; organizações não estatais; empresas transnacionais; organizações não-governamentais.

- 4) Organizações Internacionais – Teoria Geral: conceito; características; espécies; responsabilidade internacional; direitos; financiamento; efeitos jurídicos de suas normas.
- 5) Organização das Nações Unidas – ONU: histórico; finalidades; membros; idiomas; órgãos; personalidade jurídica; normas jurídicas dela emanadas e sua obrigatoriedade.
- 6) Organizações Especializadas da ONU: Organização Internacional do Trabalho – OIT; Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura; Organização Mundial da Saúde – OMS; Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI; e, Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD.
- 7) Organizações Europeias: União Europeia - UE; Conselho da Europa; Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.
- 8) Organizações Americanas: Organização dos Estados Americanos – OEA; Mercado Comum do Sul – MERCOSUL; Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA; Comunidade Andina; Associação dos Estados do Caribe; Mercado Comum Centro-Americano.
- 9) Organização Mundial do Comércio – OMC: processo de formação – do GATT/47 ao Protocolo de Marraqueche; objetivos; estrutura; processo de decisão; solução de controvérsias; principais Acordos; e, Rodada de Doha.
- 10) Conflito Internacional: modos pacíficos de solução de conflitos internacionais; Corte Internacional de Justiça – CIJ; Tribunal de Justiça da União Europeia; Corte Interamericana de Direitos Humanos – OEA; Solução de Conflitos no âmbito do Mercosul; Solução de Conflitos na OMC

Referências Bibliográficas

AMERASINGHE, C. F. *Principles of institutional law of international organizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HARRIS, David J. *Cases and materials on international law*. London: Sweet & Maxwell, 2010.

HURD, Ian. *International organizations: politics, law, practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

JACKSON, John J. *Sovereignty, the Wto, and changing fundamentals on international law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

OLIVEIRA, Bárbara da Costa Pinto. SILVA, Roberto Luiz. *Manual de direito processual internacional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

- SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) *Direito dos Tratados*. Belo Horizonte: Arraes, 2011.
- SALIBA, Aziz Tuffi. Is the Security Council *legibus solutus*? An Analysis of the Legal Restraints of the UNSC. *Michigan State Law Review*. V. 20, n. 2, p. 401-419, 2012.
- SCHERMES, Henry. BLOKKER, Niels. *International institutional law*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2011.
- SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- SEYERSTED, Finn. *Common law of international organizations*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2008.
- SHARF, Michael. WILLIAMS, Paul. *The Law of international organizations: problems and materials*. Raleigh: Carolina Academic Press, 2013.
- SHAW, Malcom. *International law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SILVA, Roberto Luiz. *Direito internacional público*. 4ª edição. Belo Horizonte, Del Rey, 2010.
- SLAUGHTER, Anne-Marie. *A new world order*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- STOLL Peter-Tobias. SCHORKOPF, Frank. *WTO – world economic order, world trade law*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

LINHA DE PESQUISA 2

DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

Área de Estudos: D-01 – O modelo constitucional de Processo Penal

Referências Temáticas

- 1) Iniciativa probatória do juiz e a construção democrática das decisões judiciais.
- 2) A obtenção da verdade no processo penal sob o marco do constitucionalismo democrático.
- 3) Prisões provisórias, medidas cautelares, *habeas corpus* e o princípio da presunção de inocência.
- 4) Princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal.

- 5) Recursos e nulidades: a efetividade do processo sob os parâmetros de um Estado de Direito.
- 6) A natureza jurídica do processo penal.
- 7) Investigação preliminar criminal.
- 8) Proposta do novo código de processo penal. Aspectos favoráveis e contrários ao modelo proposto.
- 9) Limites ao exercício do direito à prova no processo penal.
- 10) Proporcionalidade e processo penal.

Referências bibliográficas

ALEXY, R. (Org.); TRIVISONNO, Alexandre T. G. (Org.) . *Teoria Discursiva do Direito*. 1a.. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. v. 1.

BRANDÃO, Cláudio . *Tipicidade Penal*: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2014.

_____. *Ideologie del processo penale*. Roma: Università 'La Sapienza' di Roma, 1997.

FAZZALARI, Elio. *Conoscenza e valori saggi*. Torino: G. Giappichelli, 1999.

_____. *Istituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Padova: Cedam, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I*: traços fundamentais de uma hermêutica filosófica. 8. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

HASSEMER, Winfried. *Crítica al derecho penal de hoy*. Trad. Patricia S. Ziffer. Colômbia: Universidad Externado de Colombia, 1997.

MARTINS, Rui Cunha. *O ponto cego do direito: The Brazilian Lessons*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PINTO, Felipe Martins. *Introdução crítica ao processo penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

Área de Estudo: D-02 – Fundamentos do novo Processo Civil brasileiro

Referências temáticas

- 1) Princípios fundamentais do Processo Civil

- 2) Tutela de evidência e tutela de emergência
- 3) Negócios processuais
- 4) Incidente de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Coisa julgada
- 7) Ação rescisória
- 8) Cumprimento de sentença
- 9) Métodos consensuais de resolução de conflito
- 10) Teoria das Nulidades

Referências Bibliográficas

ANDREWS, Neil. *O moderno processo civil: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de Direito Processual*. 1ª à 9ª Séries. São Paulo: Saraiva

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

CABRAL, Antônio do Passo. *Nulidades no processo moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

COMOGLIO, Luigi Paolo. *Etica e tecnica del giusto processo*. Milão: G. Giappichelli, 2004.

FISS, Owen. *Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica Processual e Teoria do Processo*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Teoria da decisão judicial: fundamentos de direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NUNES, Dierle, et alli. *Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

THEODORO JR., Humberto, et alli. *Novo CPC: fundamentos e sistematização*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Área de Estudo: D-03 – A inquisição e a ideologia do Processo Penal

Referências temáticas

- 1) Fontes históricas do processo penal brasileiro.
- 2) Natureza jurídica do processo penal.
- 3) Os sistemas processuais penais.
- 4) A inquisição. O Concílio de Latrão e a criação do Tribunal do Santo Ofício.
- 5) Princípios processuais penais.
- 6) Jurisdição penal.
- 7) A inquisição papal e a inquisição dos reis.
- 8) O fundamentalismo nas três grandes religiões monoteístas do ocidente.
- 9) A ação inquisitorial em Minas setecentista.
- 10) A persecução penal. O acusado e os direitos de defesa.

Referências Bibliográficas

PAIVA, José Pedro. *Baluartes da fé e da disciplina*. O enlace entre a inquisição e os bispos em Portugal (1536 - 1750). Coimbra: Coimbra editora, 2011.

MARCOCCI, Giuseppe, PAIVA, José Pedro. *História da inquisição portuguesa*. (1536-1821). Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

ALEXANDRE HERCULANO. *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Pradense, 2002.

BAIGENT, Michael, LEIGH, Richard. *A inquisição*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

GREEN, Toby. *Inquisição. O reinado do medo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

TORNAGHI, Hélio. *A relação processual penal*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1987.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. *Técnica processual e teoria do processo*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

PIERANGELI, José Henrique. *Processo penal*. Evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: IOB, 2004.

MARICONDE, Alfredo Velez. *Derecho procesal penal*. Buenos Aires: Terner, 1969, T I e II.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. O fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Área de Estudo: D-04 – Direito e Processo Coletivo no Estado Democrático de Direito

Referências temáticas

- 1) Evolução histórica das ações coletivas no Direito Constitucional brasileiro;
- 2) Políticas públicas como meio de defesa dos direitos coletivos e acesso à justiça;
- 3) Os legitimados ativos e a atuação em defesa dos direitos da coletividade e minorias excluídas;
- 4) Aspectos controvertidos da competência na sistemática processual brasileira de defesa dos direitos coletivos em sentido lato;
- 5) O objeto material do Direito Processual Coletivo brasileiro;
- 6) A atuação entes intermediários na defesa dos direitos coletivos judicial e extrajudicialmente;
- 7) Aspectos controvertidos da legitimação ativa e passiva nos processos coletivos;
- 8) Elementos de identificação das ações coletivas e os institutos da conexão, continência e litispendência;
- 9) As controvérsias quanto a extensão da coisa julgada nos processos coletivos;
- 10) O novo Código de Processo Civil e os institutos de tratamento coletivizado dos direitos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito material coletivo*: superação da summa divisio direito público e direito privado por uma nova summa divisio constitucionalizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*: direito processual coletivo e direito processual público, São Paulo: Saraiva, vol. 2, tomo III, 2010.

BUFFARINI, Paula. Âmbito de la tutela coletiva. In: OTEIZA, Eduardo (coord.). *Procesos Colectivos*. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2006, p.63.

DIDIER JÚNIOR, F; MOUTA, José Henrique e MAZZEI, Rodrigo (coord.). *Tutela jurisdiccional coletiva*. Salvador: Jus Podium, 2012.

ESTAGNAN, Joaquim Silguero. *La tutela jurisdiccional de los intereses colectivos a través de la legitimación de los grupos*. Madrid: Dykinson, 1995.

GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos: as ações coletivas em uma perspectiva comparada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual do processo coletivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PINHO, H. D. B. A dimensão da garantia do acesso à justiça na jurisdição coletiva. *Revista do MP/RJ*. Rio de Janeiro, v.18. p.61-73, jul/dez 2006, p.65.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. *Execução coletiva: teorias e novas perspectivas*. Curitiba; Juruá, 2012.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo: tutela de interesses coletivos e tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Área de Estudo: D-05 - Acesso à Justiça pela via dos Direitos, Direitos Humanos e Políticas Públicas

Referências Temáticas

- 1) Acesso à Justiça pela via dos Direitos
- 2) Impacto de reformas setoriais das políticas públicas de Justiça na vertente de acesso à Justiça
- 3) Conflitos e suas dimensões
- 4) Conflitos e formas de solução - Prevenção, gestão e resolução
- 5) Mediação: arenas de atuação
- 6) Mediação: socialização jurídica, juridicização/judicialização, contratualização e juridicidade em sentido amplo.
- 7) Justiça e cultura restaurativa.
- 8) Formação, educação e instrumentos para a efetividade dos direitos humanos.

- 9) Políticas públicas de solução de conflitos
- 10) Sistemas de tutelas e garantias da efetividade dos direitos na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo; MARJORIE, Marona e GOMES, Lilian. *Cartografia da Justiça no Brasil*, uma análise a partir de atores e territórios. São Paulo: Saraiva, 2014.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 9-13 e 31-67.
- FARIA, José Eduardo. *Direito e Justiça no século XXI: a crise da Justiça no Brasil*. Texto apresentado no Colóquio Internacional – Direito e Justiça no Século XXI, Coimbra, 29 a 31 de maio de 2003.
- BENTES, Hilda H. Soares; SALLES Sérgio S (orgs), *Mediação e Educação em Direitos Humanos*, Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012.
- NADER, Laura, “Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, ano 9, 1994, p. 18-29.
- SADEK, Maria Teresa; LIMA, Fernão Dias de; ARAÚJO, José Renato de Campos. O Judiciário e a prestação de justiça. In: SADEK, Maria Teresa (coord.). *Acesso à justiça*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001, p. 13-41.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SENA ORSINI, Adriana Goulart de. (coord.) *Justiça do Século XXI*. São Paulo: LTr, 2014.
- SLAKMON, Catherine e *alii.* (dir.). *Justiça Restaurativa*. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005, p. 19-40 ("Justiça restaurativa é possível no Brasil?"); p. 54-78 ("Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justice restaurativa em contraposição à justiça retributiva"); p. 189-212 ("Micro-justiça, Desigualdade e Cidadania Democrática. A Construção da Sociedade Civil através da Justiça Restaurativa no Brasil").
- SILVA NICÁCIO, Camila. Direito e mediação de conflitos, entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça? *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, nº 83, janeiro a junho de 2011, p. 79-108.

Área de Estudo: D-06 – Administração da Justiça, Governança e Políticas Públicas

Referências temáticas

- 1) As transformações institucionais na América Latina: tensões entre o (neo)constitucionalismo e neoliberalismo no movimento global de reforma do Poder Judiciário: justiça para os mercados e/ou para a sociedade?

- 2) Impactos da regulação das estruturas e estratégias de administração de justiça pelo Poder Judiciário e Legislativo.
- 3) A função do Poder Judiciário e dos órgãos de governo e de controle deste Poder no paradigma do Estado Democrático de Direito.
- 4) A participação da sociedade na Administração da Justiça: coexistência, intercomplementaridade e indispensabilidade dos meios judiciais e não judiciais de resolução dos conflitos sociais. Políticas Públicas.
- 5) Interações multiaxiais em redes de políticas públicas: o diálogo e a concertação sociais como instrumento de governança.
- 6) Elementos constitutivos da Cooperação Judiciária como instituto processual e como instrumento de democratização da administração da justiça (NCPC/2015; Recomendação 38 do CNJ).
- 7) Fundamentos filosóficos e político-constitucionais do princípio de democracia imanente ao Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista: razão dialógica e complexidade, governança, subsidiariedade ativa e administração da justiça.
- 8) Impactos da regulação das estruturas e estratégias de administração de justiça pelo Poder Judiciário e Legislativo.
- 9) “Do estado de direito ao Estado Constitucional: do direito por regras ao direito por princípios” e papel do Poder Judiciário na teoria constitucional de Gustavo Zagrebelsky.
- 10) Epistemologia, democracia e direito no Estado Democrático de Direito - a crise da ciência e da racionalidade moderna no pensamento de Boaventura Santos e o princípio de democracia integral orientado pela ética de responsabilidade social no pensamento de Adela Cortina: uma aproximação possível?

Referências Bibliográficas

CORTINA, Adela. Razon comunicativa y responsabilidad solidaria. Salamanca: Ediciones Sígueme S.A., 1985. “De la ética de la ciencia a la ética de la argumentación” p. 92- 110; “Bosquejo de una ética dialógica de la responsabilidad solidaria” p. 155-177; “Límites dela ética discursiva?” p. 233-262.

DELLEY, Jean-Daniel. *Pensar a lei*. Introdução a um procedimento metódico. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 7, n. 12, p. 101-143, jan./jun. 2004.

FARIA, José Eduardo. Texto preparado para o Seminário Direito e Justiça no século XXI, Coimbra, CES, mai/jun/2003.

GARAVITO, César Rodrigues. *La globalización del estado de derecho – El neoconstitucionalismo, el neoliberalismo y la transformación institucional en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, Centro de Investigaciones Sociojurídicas, Ediciones Uniandes, 2008.

LUQUE, Luis Aguiar de. *El gobierno del poder judicial – una perspectiva comparada*. Madrid: Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2012. p. 3-153 – Estudio Preliminar; 1. Organización y Gobierno del Poder Judicial; 2. Funciones del órgano de governo judicial; 3. Funciones del órgano de governo judicial; 4. El gobierno del poder judicial y el sistema político).

PROCOPIUCK, Mario. *Políticas públicas e fundamentos da administração pública*. São Paulo: Atlas, 2013. “Origens e fundamentos da administração pública”, p. 10-15; “Influências europeias na administração pública”, p. 50-66; “Fundamentos de administração pública”, p. 67 -82; “A trajetória e pedagogia da moderna administração pública”, p. 83-100; “O institucionalismo no âmbito político-administrativo”, p. 101-125; “Políticas públicas”, p. 138-1168; “Governança e interações multiatores em redes de políticas”, p. 169-208.

RELATÓRIO MANDELKERN. In: *Legislação. Cadernos de Ciência da Legislação*. Oeiras: INA, n. 29. out./dez. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002, Volume 1, 4ª edição. Capítulo 1: Da ciência moderna ao senso comum, p. 55-117. Capítulo 2: A concepção pós-moderna do direito, p. 119-188. Parte III: Os horizontes são humanos: da regulação à emancipação, p. 255-327.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. *Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social*. São Paulo: LTr, 2014, p. 89-129.

WORLD BANK (2002). *Legal and Judicial Reform: Observations, Experiences and Approach of the Legal Vice Presidency*. Washington, DC: World Bank.

Indicações normativas

a) BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (Art. 103-B).

b) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. RESOLUÇÃO Nº 125 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

c) BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. PORTARIA INTERINSTITUCIONAL Nº 1.186, DE 2 DE JULHO DE 2014. Institui a estratégia nacional de não judicialização – ENAJUD, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

d) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. RECOMENDAÇÃO Nº 38 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011. Recomenda aos tribunais a instituição de mecanismos de cooperação judiciária entre os órgãos do Poder Judiciário, e dá outras providências.

e) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Anteprojeto de resolução que institui o sistema nacional de cooperação judiciária e anexo único do anteprojeto de resolução contendo a proposta de “Regulamento do Sistema Nacional de Cooperação Judiciária”. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/e5d4a8_41c4e9bf6a63442653296df518410994.pdf>

Área de Estudo: D-07 – Antropologia do direito, Interlegalidade e sensibilidades jurídicas

Referências temáticas:

- 1) Tripé da juridicidade e gradação normativa: normas gerais e impessoais; modelos de condutas e comportamentos; sistemas de disposições duráveis ou *habitus*.
- 2) Utilitarismo e direito na gênese da produção normativa: entre o *don* (dádiva) e a obrigação.
- 3) Imaginários de justiça e de direito: englobamento do contrário e reafirmação de subcidadanias.
- 4) Na contramão do panjuridismo e do epistemicídio: a produção do direito nas sociedades organizadas contra o Estado.
- 5) Desmaterialização do direito e contratualismo: a função instituinte do direito em xeque.
- 6) Em torno do “Discurso sobre a servidão voluntária”: produção normativa e obediência ao direito.
- 7) Produção do direito e questão indígena.
- 8) Relativismo *versus* Universalismo
- 9) Pluralidade de fontes, de atores, de procedimentos e de direitos nas sociedades contemporâneas.
- 10) Entre encontros e desencontros: antropologia e direito na produção do saber.

Referências bibliográficas

CAILLÉ, Alain (1998) “Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, nº. 38, p. 05-38.

CLASTRES, Pierre. "La société contre l'état", in CLASTRES, *La société contre l'état*. Paris: Les éditions de Minuit, 1974, p. 161-186.

GEERTZ, Clifford, “Fatos e leis em uma perspectiva comparativa”, in: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro, Vozes, 1997, p. 249-356.

KANT DE LIMA, Roberto, “Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”, *Anuário antropológico*, 2009 - 2, 2010: 25-51.

LE ROY, Etienne. *Le jeu des lois, une anthropologie ‘dynamique’ du droit*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, L.G.D.J, *Droit et Société*, nº 28, 1999, p. 177-219.

NICOLAU, Gilda, "Entre mediação e direito: elementos para uma nova ratio jurídica", *Meritum*, Revista de direito da Universidade FUMEC, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, jul./dez. 2012, p. 325-392.

SEGATTO, Rita Laura, "Antropologia e direitos humanos, alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais, *Mana*, 12(1): 2006, p. 207-236.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore, “O ensino da antropologia jurídica e a pesquisa em direitos humanos” In Nalini, José Renato e Carlini, Angélica Lucía (coord.). *Direitos Humanos e Formação Jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p.137-153.

SILVA NICÁCIO, Camila, “Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos”, in Luiz E. Gunther e Rosermarie D. Pimpão (dir.), *Conciliação, um caminho para a paz social*, Curitiba: Juruá Editora, 2012, v.1, p. 25-46.

SUPIOT, Alain. *Homo juridicus*, essai sur la fonction anthropologique du droit. Paris: Seuil, 2005, p. 135-174 (Chapitre 3: La force obligatoire de la parole: pacta sunt servanda).

Área de Estudo: D-08 – Comunicação, Produção Normativa e Multimedialidade

Referências temáticas

- 1) Direito e Tecnologia da Informação
- 2) Elaboração Legislativa no Estado Democrático
- 3) A Comunicação no diálogo entre as fontes do Direito
- 4) Linguagem do Direito e multimedialidade
- 5) Epistemologia jurídica e meios de comunicação do direito
- 6) Concreção, cotidianidade e o tempo do direito
- 7) Direito e opinião pública
- 8) Os conflitos humanos, os direitos fundamentais e a formação da norma jurídica

- 9) A composição da lei e o impacto da lei
- 10) A contingência, os interesses e a elaboração normativa

Referências Bibliográficas

DELLEY, Jean-Daniel. *Pensar a lei, introdução a um procedimento metódico. Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 101-143, jan./jun. 2004.

HESPAHHA, António Manuel. *O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje*. Coimbra: Almedina, 2007

LOPES, Mônica Sette. A formação do juiz para a oralidade: relato, memória e pedagogia do direito não escrito. In: MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva, DELGADO, Maurício Godinho, PRADO, Ney, ARAÚJO, Carlos (Coord.). *A efetividade do direito e do processo do trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 137-177. (Disponível na biblioteca virtual do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região)

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem* (understanding media). Trad. Décio Pignatari. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

McQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Trad. de Carlos de Jesus. Revisão científica de Cristina Ponte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MERCATALI, Pietro, ROMANO, Francesco, I DOCUMENTI DELLO STATO DIGITALE. Regole e tecnologie per la semplificazioneCollanad'informatiagiuridica, vol. 2, pp. 67, ISBN 978-88-904520-1-7 Borgo San Lorenzo (Firenze), Edizioni Studio Ad. Es Il Galletto, 2013, <http://www.almanacco.cnr.it/reader/cw_usr_view_recensione.html?id_articolo=5110&giornale=5163>

OST, François. *O tempo do direito*. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2001

SOARES, Fabiana de Menezes. Produção do direito e conhecimento da lei a luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação - 2002.Direito Teses. 511paginas. <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-96WPB6>>

_____, L'enseignement du droit et les nouvelles technologies: sommes-nous prêts pour un enseignement-apprentissage en réseau? Le cas d'un projet pilote d'enseignement de la légistique. [LesCahiers de droit](#), ISSN 0007-974X, [Vol. 54, N°. 1, 2013](#) , p. 69-80

WINTGENS, LALANA, The Rationality and Justification of Legislation: Essays in Legisprudence (Legisprudence Library) Hardcover –Switzerland: Springer , 2013

Área de Estudo: D-09 – As Relações na Cidade, a Alteridade, o Usufruto Equitativo e o Meio Ambiente

Referências temáticas

- 1) Políticas públicas de assentamentos e reassentamentos em aglomerados urbanos
- 2) Trabalho da população em situação de rua
- 3) Comunidades tradicionais em áreas urbanas
- 4) Impactos e conflitos socioambientais da mineração em áreas urbanas
- 5) Ocupações urbanas: legalidade/ilegalidade
- 6) Direito à cidade
- 7) Usufruto equitativo da cidade e o princípio da justa distribuição dos encargos e benefícios decorrentes do processo de urbanização
- 8) Expansão urbana e justiça socioespacial
- 9) Planejamento urbano, instrumentos jurídicos e sustentabilidade
- 10) Espaços ambientais protegidos e paisagem nas cidades

Referências Bibliográficas

ACSERARD, Henri. Discursos da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 01, p. 79-90, mai. 1999.

BORJA, Jordi. *Revolución urbana y derechos ciudadanos*. Madrid: Alianza Editorial, 2013.

CORREIA, Fernando Alves. *Manual de direito do urbanismo*. vol I. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2008.

FERNANDES, Edésio. Os desafios de regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. *Revista AU*. São Paulo: Pini, set. 2009.

GAIO, Daniel. *A interpretação do direito de propriedade em face da proteção constitucional do meio ambiente urbano*. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

GUSTIN, Miracy B. S. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito*. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. *Caderno Metropolitano*, São Paulo, vol. 14, nº 28, p. 463-483, jul.-dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 4ª ed. São Paulo: Documentos, 2006.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

OSORIO, Letícia Marques. O direito à moradia como direito humano. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org.). *Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 39-68.

LINHA DE PESQUISA 3
HISTÓRIA, PODER, E LIBERDADE

Área de Estudo: H-01 – História, Reconhecimento e Novos Saberes Jurídicos

Referências temáticas

- 1) A(s) identidade(s) do(s) “sujeito(s) constitucional (is)” (*Constitutional Subject*)
- 2) O direito brasileiro e o tema da escravidão;
- 3) A qualidade do Ensino Jurídico no Brasil Imperial;
- 4) O debate entre conservadores e liberais sobre quem deve ser o guardião da Constituição na Primeira República brasileira: tentativas de (re)ocupação do lugar simbólico da identidade do “sujeito constitucional”;
- 5) Ciência Histórica, Hermenêutica e Reconhecimento: o sentido da história;
- 6) Desconstrução, Filosofia Crítica da História e Reconstrução para uma nova história do processo de constitucionalização brasileiro;
- 7) Transição política brasileira, Constitucionalização, Democracia sem espera;
- 8) Formação histórica do direito privado brasileiro;
- 9) O direito brasileiro e o combate à pobreza;
- 10) Direito e Justiça: redistribuição e/ou reconhecimento;
- 11) Trabalho, reconhecimento e/ou redistribuição.

Referências Bibliográficas

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. *Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria política*. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade e GOMES, David. *Constitucionalismo e Dilemas da Justiça*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.

CATTONI, Marcelo (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011, caps. 1 (p.19-59), 2 (p.61-90), 7 (p.207-247) e 8 (p.249-288).

FLEISCHACKER, Samuel. *Uma Breve História da Justiça Distributiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. *Redistribución o reconocimiento?* Un debate político-filosófico. Madrid: Morata, 2006.

HONNETH, Axel. *El derecho de la libertad. Esbozo de una eticidad democrática*. Buenos Aires: Katz, 2014.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. *Identidade do sujeito constitucional e controle de constitucionalidade: raízes históricas do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. *Quem deve ser o guardião da constituição?* Do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda; PRATES, Francisco Castilho. El 'territorio' de la FIFA: una democracia elitista, la soberanía de la exclusión? *Pensamiento Jurídico*, v. 40, p. 69-84, 2015.

Área de Estudo: H-02 – Filosofia do Poder e Pensamento Radical

Referências temáticas

- 1) *Pólis* e pensamento crítico entre os pré-socráticos e os sofistas
- 2) Platão e Aristóteles: razão ou autoritarismo?
- 3) Liberdade, igualdade e universalismo no helenismo
- 4) Iluminismo e revoluções: emancipação política?
- 5) Marxismo e revoluções: emancipação humana?
- 6) Poder, violência e teologia política em Carl Schmitt, Hans Kelsen e Walter Benjamin

- 7) Crítica ao Direito e ao Estado: trabalho, ideologia e poder
- 8) Biopolítica e estado de exceção em Giorgio Agamben
- 9) Política radical: multidão, utopia e resistências
- 10) Opressões e minorias: sexismo, homofobia e racismo

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Trad. Giovanni Semeraro. Revan: São Paulo, 2006.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Filosofia radical e utopia: inapropriabilidade, an-arquia, a-nomia*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2014.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça: universalismo, liberdade e igualdade no discurso da Stoá em Roma*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *O grande sistema do mundo: do pensamento grego originário à mecânica quântica*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. *Nomos, apocalipse, exceção, violência*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 105, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 277-342, jul./dez. 2012.

PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria geral do direito e o marxismo*. Trad. Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

RAMOS, Marcelo Maciel. A originalidade da compreensão de lei na Grécia antiga. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 107, pp. 295-329, jul./dez. 2013.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, n.1, pp. 11-30, jan/abr. 2005.

Área de Estudo: H-03 – Internacionalização do direito, justiça de transição e jurisdição constitucional na consolidação da democracia

Referências temáticas:

- 1) Transição Política Brasileira, Constitucionalização, Democracia sem espera;
- 2) Transitologia e Justiça de Transição;

- 3) Constitucionalismo, Justiça de Transição e Estado de Direito;
- 4) Constitucionalismo Democrático e Internacionalização do Direito;
- 5) Judicialização da Justiça de Transição;
- 6) Poder Judiciário, Autoritarismo e Reformas Institucionais;
- 7) Constituição Brasileira de 1988, Jurisdição Constitucional e Teorias da Argumentação Jurídica;
- 8) Ponderação de Valores, Construtivismo Jurídico e Teoria Discursiva do Direito;
- 9) Responsabilização, Crimes contra a Humanidade e Justiça de Transição;
- 10) Direito à Memória e à Verdade.

Referências Bibliográficas

ALVES, Adamo Dias; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; GOMES, David Francisco Lopes. *Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaios de História e Teoria Política*. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In RÉATEGUI, Félix (org.). *Justiça de Transição: Manual para a América Latina*. Brasília, Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 73-134.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Art. 1º, Democracia, Comentários. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. STRECK, Lênio Luiz. SARLET, Ingo Wolfgang (orgs.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Democracia *sem* espera e processo de constitucionalização: uma crítica aos discursos oficiais sobre a chamada “transição política brasileira”. BRASIL. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. N. 3 (jan./jun. 2010). Brasília: Ministério da Justiça, 2010, p. 200-230.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Devido Processo Legislativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Processo Constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (coord.). *Constitucionalismo e História do Direito*. Belo Horizonte: Pergamum, 2011, caps. 1 (p.19-59), 2 (p.61-90), 7 (p.207-247) e 8 (p. 249-288).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Volume I. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Capítulo 1 (p. 19 a 46); Capítulo 3 (p. 85-110); Capítulo 7 (p. 277 a 300).

GARGARELLA, Roberto. *La Sala de Máquinas de la Constitución: dos siglos de Constitucionalismo en la América Latina (1810-2010)*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

JACKSON, Vicki C. *Constitutional Engagement in a Transnational Era*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010. Introdução, Capítulo 1, Capítulo 2 e Capítulo 3 (p. 1-102).

MEYER, Emilio Peluso Neder. *A Decisão no Controle de Constitucionalidade*. São Paulo: Método, 2008.

MEYER, Emilio Peluso Neder. *Ditadura e Responsabilização: Elementos para uma Justiça de Transição no Brasil*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

MEYER, Emilio Peluso Neder. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (orgs.). *Justiça de Transição nos 25 Anos da Constituição de 1988*. 2ª ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2014. Introdução (p. 9-36); Capítulo X (p. 350-412); Capítulo XV (p. 526-568).

MEYER, Emilio Peluso Neder. Crimes Contra a Humanidade praticados pela Ditadura de 1964-1985: Direito à Memória e à Verdade, Dever de Investigação e Inversão do Ônus da Prova. In COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório*. Tomo IV. Relatório sobre a Morte do Presidente Juscelino Kubitschek. São Paulo: 2015. Disponível em < <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iv>>. Acesso em 29 abr. 2015.

MEYER, Emilio Peluso Neder. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. TORELLY, Marcelo Delmás. SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. PAIXÃO, Cristiano. *Não há anistia para crimes contra a humanidade – partes I e II*. Disponível em < <http://www.conjur.com.br/2014-set-15/nao-anistia-crimes-humanidade-parte>> e < <http://www.conjur.com.br/2014-set-16/nao-anistia-crimes-humanidade-parte-ii>>. Acesso em 21 out. 2014.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de Transição: Contornos do Conceito*. São Paulo: Outras Expressões e Dobra Universitário, 2013.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice*. Nova Iorque: Oxford University Press: 2002.

Área de Estudo: H-04 – Direito internacional privado, direito comparado e estudos culturais

Referências temáticas

- 1) Universalismo ocidental e relativismo cultural;
- 2) O direito e a cultura (ou a cultura do direito);
- 3) Globalização, identidades e conflito de culturas;

- 4) Os grandes sistemas jurídicos contemporâneos;
- 5) As culturas e os direitos dos BRICS;
- 6) As culturas e os direitos da Ásia oriental;
- 7) Reavaliação dos métodos e novas perspectivas no Direito Comparado;
- 8) Direito Internacional Privado, governança global e críticas ao método clássico-conflitual;
- 9) O público e o privado na ordem jurídica internacional;
- 10) Mobilidade, diversidade, minorias e o Direito Internacional Privado.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999;
idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Trad. Beatriz Medina.
São Paulo: Boitempo, 2007.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Le Relatif et l'Universel: les forces imaginaires du droit*. Paris: Seuil,
2004.

DELMAS-Marty, Mireille. *Le pluralisme ordonné*. Paris: Seuil, 2006 (Trad. Inglês: Ordering
pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world. Oxford,
London: Hart, 2009).

GERBER, David J. *Globalization and legal knowledge: implications for comparative law*, in: Tulane
law review; vol. 75, n.4, 2001, p. 949-975.

JAYME, Erik. *Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne*. Cours
général de droit international privé. *Recueil des cours*, vol 251 (1995), p.9-267.

MILLS, Alex. *The confluence of public and private international law: justice, pluralism and subsidiarity in
the international constitutional ordering of private law*. Cambridge: Cambridge University Press,
2010

_____. The Private History of International Law. *International and Comparative Law Quarterly*, vol.
55, n 1, 2006, p. 1-50.

JULLIEN, François. *O diálogo entre as culturas: do universal ao multiculturalismo*. Trad. André
Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEGRAND, Pierre. *Le Droit Comparé*. Paris: Puff, 2009.

LOSANO, Mario G. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Trad. Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

POLIDO, Fabrício; RAMOS, Marcelo. *O Direito Chinês Contemporâneo*. Lisboa/São Paulo: Almedina, 2015 (no prelo).

MONATERI, Piergiuseppe (ed.). *Methods of Comparative Law*. Research handbooks in comparative law. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

MUIR-WATT, Horatia. La fonction subversive du droit compare. *Revue internationale de droit comparé*, vol.52, n.3, 2000, p. 503-527.

RILES, Annelise (ed). *Rethinking the masters of comparative law*. Oxford, Cheltenham: Hart, 2001.

STUENKEL, Oliver. *The BRICS and the Future of Global Order*. New York: Rowman & Littlefield, 2015.

Área de Estudo: H-05 – Ordem jurídica transnacional e tecnologias

Referências temáticas

- 1) Estado, ordem jurídica transnacional e a construção da governança global da internet. Pluralismo jurídico, identidades e fragmentação do direito na arquitetura global da internet. Valores instrumentais e éticos da sociedade global do conhecimento (*Global Knowledge Society*).
- 2) Interface entre direito internacional público e direito internacional privado na regulamentação das novas tecnologias e internet.
- 3) Direito internacional privado e propriedade intelectual. Fundamentos e princípios de uma relação interativa e complementar. Questões e desafios impostos pelas novas tecnologias e pela internet ao método e função do direito internacional privado.
- 4) Compartilhamento e convergência de competências das organizações internacionais e regulamentação das novas tecnologias e da inovação.
- 5) Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e quadro internacional para transferência de tecnologia. Questões relativas à harmonização e uniformização de normas internacionais de propriedade intelectual em transferência de tecnologia.
- 6) Direito internacional privado, territorialidade e internet. Aspectos relativos à lei aplicável, jurisdição, solução de litígios pluriconectados e cooperação jurídica internacional. Internet e

direitos de propriedade intelectual: conflitos de interesses entre titulares e usuários e a proteção dos acessos.

7) Direito internacional da propriedade intelectual, harmonização substantiva e regimes globais de proteção da atividade criativa e inovadora no Pós-TRIPS. Agenda da OMPI para o Desenvolvimento e elaboração normativa da PI.

8) Estado e cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia. Competências e programas das organizações internacionais. Cooperação na área da internet e plataformas colaborativas em pesquisa e desenvolvimento.

9) Estado, “nova lex mercatoria” e arbitragem comercial internacional. Resolução de litígios privados transnacionais em ambientes de novas tecnologias.. Experiências das organizações internacionais e centros de arbitragem.

10) Acesso à internet como direito fundamental da pessoa humana na ordem internacional. Políticas públicas, políticas legislativas e acessos em confronto com a propriedade intelectual. A construção da cidadania digital como paradigma da cibercultura na sociedade global do conhecimento.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DE BEER, Jeremy (ed.) *Implementing the World Intellectual Property Organization's development agenda*. Waterloo: Wilfred Laurier University Press, 2009.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Le pluralisme ordonné*. Paris: Seuil, 2006. Trd. Inglês: *Ordering pluralism: a conceptual framework for understanding the transnational legal world*. Oxford, London: Hart, 2009.

ENGEL, Christopher e KELLER, Kenneth H. (eds.), *Governance of Global Networks in the Light of Differing Local Values*. Baden-Baden: Nomos 2000.

FAWCETT, J.J. e TORREMANS, Paul. (eds.), *Intellectual Property and Private International Law*, Oxford: Oxford University Press, 2011.

GOLDSMITH, Jack L. e WU, Tim. *Who Controls the Internet? Illusions of a Borderless World*. Oxford, New York: Oxford Univ. Press 2006.

GOLDSMITH, Jack L. The Internet and the Abiding Relevance of Territorial Sovereignty, in *Indiana Journal of Global Legal Studies* n.5, (1998), p.475; Regulation of the Internet: Three Persistent Fallacies, in: *Chicago-Kent Law Review*, vol. 73, (1998), p.1119.

JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. Cours général de droit international privé, in *Recueil des cours*, vol 251 (1995), p.9-267.

MILLS, Alex. *The confluence of public and private international law: justice, pluralism and subsidiarity in the international constitutional ordering of private law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; idem, The Private History of International Law, in *International and Comparative Law Quarterly*, vol. 55, n 1, 2006, p. 1-50.

POLIDO, Fabrício B. P. *Direito Internacional da propriedade intelectual: fundamentos, princípios e desafios*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

SHULTZ, Thomas. *Information Technology and Arbitration*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2006; idem, *Online Dispute Resolution: Challenges for Contemporary Justice* (com G. Kaufmann-Kohler, The Hague: Kluwer Law International, 2004.

TEUBNER, Gunther. *Global law without a state*. Aldershot: Dartmouth. 1997.

GERVAIS, Daniel (ed.) *International Intellectual Property A Handbook of Contemporary Research Research*. Cheltenham, UK/Northampton, 2015.

DE NARDIS, Laura. *Protocol Politics: The Globalization of Internet Governance*, MIT Press, 2009.

MUELLER, Milton. *Ruling the root : Internet governance and the taming of cyberspace*. London: MIT Press, 2002.

Área de Estudo: H-06 – Trabalho e Democracia

Referências temáticas

- 1) Caracterização do Direito do Trabalho: a) O Direito do Trabalho entre o Direito Público e o Privado; b) Tendências atuais do Direito do Trabalho.
- 2) O Trabalho e a Constituição Brasileira: a) O art. 1º, IV da CF – O trabalho como fundamento da República; b) O art. 170 – a ordem social e o trabalho como seu fundamento; c) O art. 193 – o primado do trabalho e a ordem social d) Como valorizar estes elementos dentro do atual Direito do Trabalho.
- 3) As Divisões atuais do Direito do Trabalho e seu significado para a Ciência do Direito do Trabalho: a) Direito Individual do Trabalho; O Direito Coletivo do Trabalho; b) O Direito Público do Trabalho; c) O Direito Processual do Trabalho; d) O Direito Penal do Trabalho; e) Cogestão e Direito do Trabalho; e) A contribuição de cada um destes ramos para a formação de uma Ciência do Trabalho.
- 4) Relação de Trabalho com o Estado: a) Relação de trabalho pública ou privada? b) O regime estatutário e a relação de trabalho; c) A jurisprudência do STF e sua crítica: d) A relação de trabalho do servidor público no Direito Comparado

- 5) O Direito Coletivo do Trabalho: a) Sindicalismo no serviço público – atualidade e perspectiva b) a organização sindical no serviço público perante a Constituição e a CLT: mudança ou adaptação
- 6) O Direito Público do Trabalho: a administração e a justiça do trabalho; a). as questões de competência jurisdicional; b) os temas de higiene, saúde e segurança; c) os adicionais de insalubridade e periculosidade: conversão em dinheiro ou extinção?; d) o problema da fiscalização; e) a aplicação de multas administrativas pela Justiça do Trabalho;
- 7) O Direito Processual do Trabalho: perspectivas e reforma; a) a solução do conflito trabalhista - Estado ou conciliação e arbitragem? b) crítica ao processo do trabalho brasileiro.
- 8) A Cogestão e o Direito do Trabalho; a) o problema geral da participação. A empresa congestionada; b) a cogestão no estabelecimento e na empresa. Perspectivas; c) os conselhos de empresa e sua função social; d) filosofia da cogestão e sua posição no Direito do Trabalho;
- 9) O Direito Internacional do Trabalho: a) O trabalho como bem jurídico universal; b) O trabalho e os direitos humanos; c) os tratados sobre trabalho e sua vigência em face da Constituição; d) A OIT e o Direito Internacional do trabalho
- 10) Futuro e Perspectivas do Trabalho no Mundo Atual; a) Futuro do trabalho na época da informática e da informatização das atividades humanas; b) futuro do homem que trabalha diante da informática; c) Acabou a geração do trabalho ou haverá apenas mudança de suas formas?

Referências bibliográficas

ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Flexibilização das Relações de Trabalho*. São Paulo: LTr, 2002.

ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Globalização, terceirização e a nova visão do tema pelo STF*. SP: LTr, 2011

ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Sanção e direito do trabalho*. BH. RTM.2014.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.

ANTUNES, Ricardo. Braga, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999; idem, *Modernidade Líquida*. Rio: Zahar, 2001; idem, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BRESSON, Yoland. *L'après Salarial*. 2 ed. s.l. 1993.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego*. São Paulo: LTr, 2006.

DIETRICH; MÜLLER-GLÖGE; PREIS; SCHAUB. *Erfurter Kommentar zum Arbeitsrecht*. 7 ed. München. C.H.Beck. 2007.

ERMIDA URIARTE, Oscar. *A flexibilidade*. São Paulo: LTr, 2002.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição, in: *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 8, No 1 (2008).

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PAULA, Carlos Alberto Reis de. ÁLVARES DA SILVA, Antônio. *Ética, justiça e trabalho no século XXI*. 2ª ed. BH: RTM. 2013.

POCHMANN, Márcio. *E-trabalho*. 1a. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2006

POCHMANN, Márcio. *Relações de Trabalho e Padrões de Organização Sindical no Brasil*. São Paulo: LTR, 2003.

REIS, Daniela Muradas, DANTAS, Roberta e COURA, Solange. (coord.). *Justiça Social e Trabalho: um tributo a Mauricio Godinho Delgado*. São Paulo: LTr, 2013.

Área de Estudo: H-07 – Direito e interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Pessoa, informação e self;
- 2) Pessoa, identidade e mente;
- 3) Pessoa, corpo e valor;
- 4) Pessoa e autonomia/libre-arbítrio;
- 5) Pessoa em questão: liberdade, determinismo e responsabilidade;
- 6) Neuroética: neurociência da ética e ética da neurociência.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Renato César. *A ideia de justiça em Schopenhauer*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

CURCHLAND, P. *Matéria e consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Ed. Unesp, 2004.

FLORIDI, Luciano. The Informational Nature of Personal Identity. *Minds & Machines*, v. 21, n. 4, p. 549-566, 2011.

FLORIDI, Luciano. *The Ethics of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GOFFMAN, Erving. *The Presentation of the Self in Everyday Life*. New York: Doubleday, 1959.

HONNETH, Axel. *Reification: A new look at an old idea*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HONNETH, Axel. *The I in We: Studies in the Theory of Recognition*. Cambridge: Polity, 2012.

HOOD, Bruce. *The Self Illusion: How the Social Brain Creates Identity*. Oxford University Press, 2012.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Abingdon: Routledge, 2011.

LEVY, Neil. Enhancing authenticity. *Journal of Applied Philosophy*, v. 28, n. 3, p. 308-318, 2011.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p.367-423.

MORSE, Stephen. New neuroscience, old problems: legal implications of brain science. *Cerebrum*, p. 81-90 (2004).

PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 197-347.

PEREBOON, Derk. Determinism al dente. *Noûs*, Vol. 29, No. 1 (Mar., 1995), pp. 21-45.

RIBEIRO, Daniel Mendes. *De Coisas a Pessoas: Sistemas, Emergência e Reconhecimento a partir de um Estudo da Escravidão no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 2012. (Dissertação de Mestrado).

ROUANET, Sergio Paulo. O Homem Máquina Hoje. *In: NOVAES, Adauto. O Homem Máquina: A Ciência Manipula o Corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 37-64.

SAVULESCU, Julian. *Unfit for the Future: The need for moral enhancement*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. Well-Being and Enhancement. *In: SAVULESCU, Julian; MEULEN, Ruud ter; KAHANE, Guy (Org.). Enhancing Human Capacities*. Oxford: Blackwell, 2011, p. 7.

SAVULESCU, Julian; SANDBERG, Anders; KAHANE, Guy. *Enhancing Human Capacities*. Wiley-Blackwell, 2011, p. 3-67.

SEARLE, John R. *Making the Social World: The structure of human civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SINGER, Peter. Ethics and intuitions. The Journal of Ethics October 2005, Volume 9, Issue 3-4, pp 331-352 .

SPAEMANN, Robert. Persons: The difference between 'someone' and 'something'. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 2 e 17.

STANCIOLI, Brunello. Renúncia ao Exercício de Direitos da Personalidade Ou Como Alguém se Torna o que Quiser. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

STANCIOLI, Brunello; CARVALHO, Nara Pereira. Da Integridade Física ao Livre Uso do Corpo: Releitura de um Direito da Personalidade. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (Org.). Manual de Teoria Geral do Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 267-285.

TAYLOR, Charles. As Fontes do Self: A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. The Ethics of Autenticity. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

Área de Estudo: H-08 – Direito Penal, Filosofia do Direito e Interdisciplinaridade

Referências temáticas

- 1) Direito, moral e religião: fundamentos, interseções, distinções;
- 2) Teorias da pena;
- 3) Princípios constitucionais do Direito Penal;
- 4) Democracia e garantismo;
- 5) Imputabilidade;
- 6) Livre-arbítrio, determinismo e (in)exigibilidade de conduta diversa;
- 7) Cultura e natureza humana;
- 8) Ser e dever ser, falácia naturalista;
- 9) Neurociência e crime;
- 10) Psicologia e crime;
- 11) Direito ao próprio corpo e biopolítica.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro . 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan: 2001. 136p. (§8º a §13º)

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 768p. (cap. 2, 4 a 8).

VIANNA, Túlio. Um outro direito. Fórum. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VIANNA, Túlio. Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p.

VIANNA, Túlio; MATTOS, Geovana Tavares de. A inconstitucionalidades da conduta social e personalidade do agente como critérios de fixação da pena., in Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano, v. 14, p. 305-323, 2008. (disponível em www.tuliovianna.org).

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. BATISTA, Nilo. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003. (ZAFFARONI: §1 a 7 e §10 a 12)

ZIMBARDO, Philip. O efeito Lúcifer. Record: 2012. Cap. 12 e 13.

PEREBOON, Derk. Free will skepticism and criminal punishment. *in* The Future of Punishment, Thomas Nadelhoffer, ed., New York: Oxford University Press, 2013, pp. 49-78.

HAIDT, Jonathan. The emotional dog and its rational tail. Psychological Review. 2001. Vol. 108. No. 4, 814-834

GREENE, Joshua. For the law, neuroscience changes nothing and everything. Phil. Trans. Royal Society, London. B (2004) 359, 1775–1785

GREENE, Joshua. From neural ‘is’ to moral ‘ought’: what are the moral implications of neuroscientific moral psychology? Nature Reviews Neuroscience 4, 846-850 (October 2003).

PINKER, Steven. Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana. Companhia das Letras, 2004. Parte I-IV.

LIBET, Benjamin. Do We Have Free Will? Journal of Consciousness Studies, 6, No. 8-9, 1999, pp. 47-57.

LINHA DE PESQUISA 4 ESTADO, RAZÃO E HISTÓRIA

Área de Estudo: E-01 – Direito Político

Referências temáticas

- 1) A ideia de justiça política: eficácia jurídica do princípio democrático
- 2) Participação política como liberdade fundamental: o Estado da Justiça
- 3) Educação em Direitos Humanos e sua interação com a natureza das liberdades públicas
- 4) Participação popular e controle constitucional: o desafio contramajoritário nos processos de efervescência democrática
- 5) Estatuto constitucional dos direitos políticos e dogmática eleitoral: interações, reforços e distensões
- 6) Constituição e Política: desenhos institucionais e relacionamento entre os órgãos de soberania
- 7) Filtragem Constitucional do Direito Eleitoral
- 8) Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais
- 9) A posição constitucional do Poder Legislativo
- 10) Justiça Eleitoral: da legitimação por procedimento

Referências Bibliográficas

BERCOVICI, Gilberto et al. Teoria da Constituição: estudos sobre o lugar da política no direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CAMPOS SILVA, Adriana (Org.) ; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade(Org.) . Constituição e democracia: 25 anos da Constituição brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. v. 1.

CAMPOS, Adriana ; SANTOS, Polianna P. . O Princípio da Fidelidade Partidária e a possibilidade de perda de mandato por sua violação: Uma análise segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, v. 14, p. 01-26, 2013.

CAMPOS, Adriana ; STUDART, Paulo Henrique M. . Reflexões sobre a criação de novos partidos políticos e a distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de acesso gratuito do rádio e à televisão. In: Patrícia Henriques Ribeiro; Mônica Aragão M.F. Costa; Arthur Magno e Silva Guerra. (Org.). Direito Eleitoral: leituras complementares. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 99-116.

CAMPOS, Adriana ; OLIVEIRA, Igor B. S. . O GASTO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO ANO ELEITORAL E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 9.504/97. Estudos Eleitorais, v. 9, p. 10-29, 2014

CAMPOS, Adriana. ANDRADE NETO, João. Liberdade e segurança: o impacto de um conflito (aparente) entre princípios. Justiça em Revista. V.1, p. 88-102, Belo Horizonte, 2010.

CAMPOS, Adriana ; ALVES, B. B. C. . Ensaio sobre a contribuição das Ouvidorias Públicas para a Educação em Direitos Humanos e para a consolidação de uma cultura democrática no Brasil. Revista Jurídica (FIC), v.01, p. 112-137, 2014.

CLAVERO, Bartolomé. Garantie des Droits: emplazamiento histórico del enunciado constitucional. Madrid: Revista de Estudios Políticos - Nueva Epoca, n. 81, p. 7-21, jul./set., 1993

DERRIDA, Jacques. Force of Law: The “mystical foundation of authority“. In: Drucilla Cornell (org.) *Deconstruction and the Possibility of Justice*. New York: Routledge, 1992, pp. 3-67.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HÖFFE, Otfried. Justiça Política. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HONNETH, Axel. *Crítica del potere*. La teoria della società in Adorno, Foucault e Habermas. Trad. Maria Teresa Sciacca. Bari: Dédalo, 2002.

PEREIRA, Rodolfo Viana. Direito Constitucional Democrático: controle e participação como elementos fundantes e garantidores da constitucionalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, R. V.. Direito eleitoral contra o inimigo. Em Debate (Belo Horizonte), v. 5, p. 26-30, 2013.

PEREIRA, R. V. . Condições de registrabilidade e condições implícitas de elegibilidade: esses obscuros objetos do desejo. In: SANTANO, Ana Cláudia; SALGADO, Eneida Desiree. (Org.). Direito Eleitoral: debates ibero-americanos. 1ed. Curitiba: Ithala, 2014, v. , p. 275-286.

Área de Estudo: E-02 – Filosofia do Estado e Cultura Jurídica

Referências temáticas

- 1) Cultura política grega.
- 2) História das instituições políticas romanas.
- 3) O Direito como fundamento do poder político e do poder religioso no Medievo.
- 4) Representação versus Razão: o homem, o justo e a Filosofia Medieval.
- 5) Modernidade, entre Ilustração e Romantismo.

- 6) Política e História em Kant.
- 7) Hegel: dialética, historicidade e racionalidade.
- 8) Direito, coerção e liberdade.
- 9) Razão e destino do Estado de Direito.
- 10) Dignidade humana, entre o ocidental e o universal.

Referências bibliográficas

- COSTA, Pietro. *Civitas: Storia della cittadinanza in Europa*. 4 v. Roma: Laterza, 1999-2002.
- COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de Direito*; história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUQUE, Félix. *Historia de la Filosofía Moderna*; la era de la crítica. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.
- HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1999.
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.
- MATA MACHADO, Edgar de Godói da. *Direito e Coerção*. 2. ed. São Paulo: Unimarco, 1999.
- MAYOS, Gonçal. *Macrofilosofía de la Modernidad*. Sevilla: dLibro, 2012.
- REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant*; seu fundamento na liberdade e na igualdade. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
- SALGADO, Joaquim Carlos; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). *Hegel, Liberdade e Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana*; a contribuição do alto medievo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.
- SALGADO, Karine. *A Filosofia da Dignidade Humana*; porque a essência não chegou ao conceito. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2011.
- SALGADO, Karine. *A Paz Perpétua de Kant*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima, S.J. *Escritos de Filosofia III*; Filosofia e Cultura. São Paulo: Loyola, 1997.

Área de Estudo: E-03 – Teoria da Justiça

Referências temáticas

- 1) Conhecimento científico e conhecimento filosófico do Direito.
- 2) Direito e valor.
- 3) Direito e coerção.
- 4) Direito e liberdade.
- 5) Direitos fundamentais.
- 6) Teoria da justiça no pensamento antigo e sua atualidade.
- 7) História do direito romano público e privado.
- 8) O problema da justiça no Idealismo Alemão.
- 9) Evolução ética do Estado de Direito.
- 10) Fundamentos filosóficos da hermenêutica jurídica.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*; lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

FARALLI, Carla. *A filosofia contemporânea do direito*: temas e desafios. Tradução de Candice Premaor Gullo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MATA MACHADO, Edgar de Godoi da. *Elementos de Teoria Geral do Direito*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de justiça em Kant*: seu fundamento na Liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça no mundo contemporâneo*: fundamentação e aplicação do Direito como o Maximum Ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

Área de Estudo: E-04 – Estudos Estratégicos

Referências temáticas

- 1) Estado, soberania e constitucionalismo.
- 2) Geopolítica, Geoestratégia e Geodireito.
- 3) História do pensamento estratégico.
- 4) História dos Impérios, da antiguidade à turboglobalização: soberania territorial e soberania cultural.
- 5) Organizações transnacionais de segurança: Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, Organização do Tratado do Atlântico Norte e Conselho de Defesa da União das Nações Sulamericanas.
- 6) A natureza da guerra: da guerra tribal à guerra tecnológica.
- 7) Guerra cibernética, guerras religiosas e guerras culturais.
- 8) Cenários geoestratégicos brasileiros.
- 9) Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.
- 10) Missão constitucional das Forças Armadas e perspectivas de seu controle civil.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Segunda Guerra Fria*; Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CABRAL, Severino. *Brasil megaestado*; Nova ordem mundial multipolar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

DUQUE, Félix; ROCCO, Valerio (eds.) *Filosofia del Imperio*. Madrid: Abada, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, v. 23, p. 783-806, 2012.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações*; e a recomposição da ordem mundial. Trad. M. H. C. Côrtes. São Paulo: Objetiva, 1997.

LOSURDO, Domenico. *A Linguagem do Império*; léxico da ideologia estadunidense. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Geopolítica*. 3v. Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, 2011.

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998.

Belo Horizonte, setembro de 2015